

Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores



Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores

Brasília
FAC/UNB
2018

capa Rafiza Varão
diagramação Rafiza Varão
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

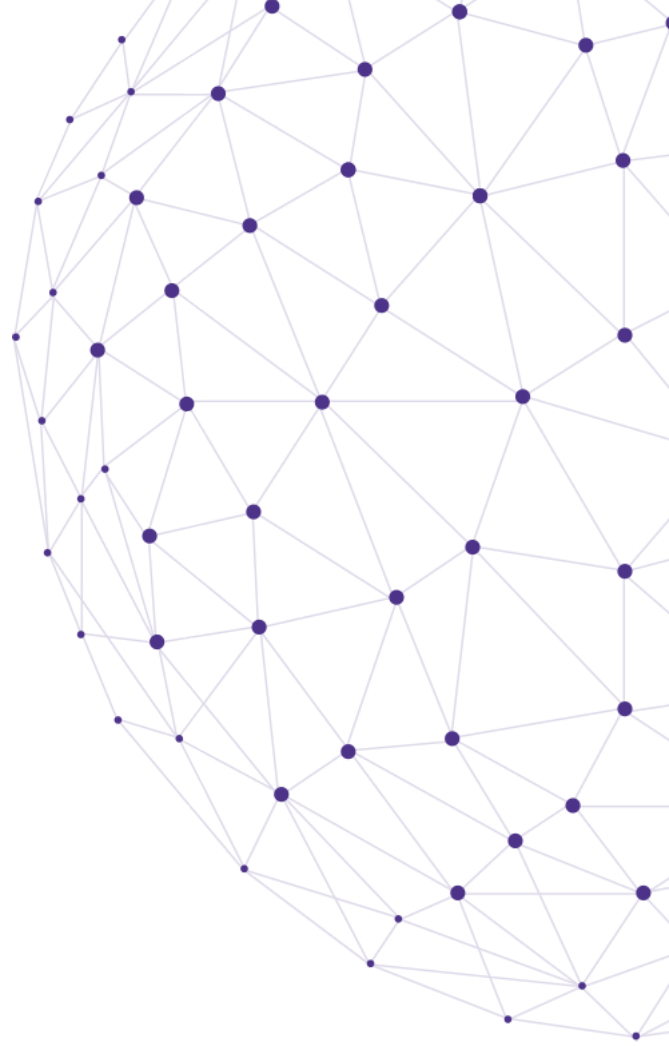
Rafiza Varão

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7
1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o
professor
que
aprende
ensinando

Cora Coralina

Sumário

9 Apresentação

Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelo em Jornalismo
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador
Carlos Figueiredo

Parte II: ENSINO

- 87 **Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)**
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini
- 99 **Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz**
Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém
- 109 **Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo**
Nivaldo Ferraz
- 119 **O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis**
Rose Mara Pinheiro
- 129 **O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica**
Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho
- 139 **Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização**
Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão
- 149 **A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR**
Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica
Zanei Ramos Barcellos

Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de
jornalismo, antes e depois das DCN
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve
reflexão sobre um panorama nacional do
ensino de Jornalismo
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste
após 2013
Rafiza Varão





Parte I

TEORIA



David Renault

OS RUMOS DO ENSINO DO JORNALISMO

O desafio de formar um novo profissional

Introdução

Foram-se os tempos em que um estudante de jornalismo podia escolher e privilegiar sua formação universitária em uma área específica, seguindo um desejo, pelo menos inicial, de trabalhar em jornais ou revistas impressos e em emissoras de rádio ou televisão como repórter, redator, editor, alguma coordenação ou chefia. Os tempos são outros e, se quiser o seu espaço no mercado, o jornalista precisa ter múltiplas habilidades para exercer funções que se consolidaram com o avanço das tecnologias digitais e reconfiguração das redações.

Agora integradas, exigem profissionais capazes de exercer simultaneamente atribuições antes bastante estratificadas, como apurar as informações, escrever, editar, inclusive produzindo títulos de legendas de fotos e ilustrações diversas, gravar áudios e vídeos e disponibilizar para os jornais e revistas impressos e digitais, *sites*, blogs, rádio e televisão em plataformas distintas. Ressalte-se que os cargos e empregos para jornalistas em geral, hoje, estão em veículos tradicionais – impressos, rádio, TV –, nas chamadas novas mídias e em empresas e organizações públicas, privadas e do terceiro setor, nas quais as habilidades citadas acima são exigidas de um mesmo profissional, que, além disso, pode ainda ser obrigado a fazer assessoria de imprensa.

O primeiro desafio do ensino de jornalismo, assim, é preparar, implantar e executar com eficiência um currículo, até mesmo para atender as abrangentes Diretrizes Curriculares Nacionais, resultantes da Resolução de número 1, de 27 de setembro de 2013, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, que regulamenta os cursos superiores de Jornalismo do País, desvinculados dos cursos de Comunicação Social (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Mas como formar em quatro anos um profissional minimamente capaz de fazer o que se exige de um jornalista? As Diretrizes estabelecem, em seu artigo 2º, que a estrutura do curso de graduação em jornalismo deve “ter com eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade”. Implica em utilizar metodologias que promovam a participação ativa do aluno na construção do conhecimento, integração entre os conteúdos, o ensino, a pesquisa e a extensão e sua articulação com a sociedade, a integração entre teoria e prática, além da interdisciplinaridade e a inserção precoce do aluno em atividades didáticas relevantes para a sua profissão. É necessário, ainda, que, desde o primeiro momento, o discente vivencie variadas situações em equipes multiprofissionais e interaja permanentemente com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, de forma a lidar com problemas reais, com responsabilidade e autonomia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 2).

Afirmam as Diretrizes, em seu artigo 5º, que ao concluir sua graduação em jornalismo o aluno “deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista,

humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania”. Deve ser

capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (Idem)

O jornalismo e as mudanças estruturais

O dicionário Aurélio define jornalismo como uma “atividade profissional da área de comunicação social, que visa a elaboração de notícias para publicação em jornal, revista, rádio, televisão etc, acompanhadas ou não de comentários”. Já o jornalista é a “pessoa que exerce atividade jornalística como redator, repórter, fotógrafo, editor etc” (FERREIRA, 2004, p. 1159). No Brasil jornalista designa, de forma geral, todos que trabalham com o jornalismo em redações tradicionais de jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, novas mídias como *sites*, blogs, portais, redes sociais, em assessorias de comunicação ou imprensa de empresas e organizações públicas, privadas e do terceiro setor, além da docência em instituições de ensino superior. Podemos entender, então, que parte significativa da atividade profissional do jornalista implica em apurar de diversas formas as informações de interesse do público ou parcela dele, selecionar, escrever, editar, imprimir, transmitir e disponibilizar em plataformas diversas notícias em tempo real, com periodicidades diárias, semanais, mensais, anuais e outras.

É ainda na universidade que o futuro profissional precisa compreender que certas questões afetam diretamente o jornalismo e suas práticas. O professor português Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, (SOUSA, 2008, p. 195-196) lembra que as raízes do jornalismo ocidental remontam ao modelo britânico que surgiu a partir do final do século XVII, tendo como alicerce os princípios da liberdade de expressão e de imprensa. O modelo defendia que a imprensa deveria ser independente do estado e dos poderes, com o direito de reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes do poder, inclusive os institucionais, sem repressão ou ameaça. O argumento é de que os jornalistas, em tese, são limitados apenas pela lei, ética e deontologia da profissão.

O campo jornalístico seria o espaço público, um mercado de livre ideias onde se ouvem e, por vezes se digladiam, as diferentes correntes de opinião, diz Sousa. Ele ressalta, porém, que, hoje, o fácil acesso de grupos e dos agentes de pressão mais poderosos ao campo jornalístico, que não existe na mesma proporção para a população em geral, torna desequilibrada a luta simbólica pelas ideias, em um ambiente em que existem grandes oligopólios e grupos empresariais, às vezes multinacionais. Em um livro sobre a prática jornalística norte-americana – *Os elementos do jornalismo* – Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) citam o comprometimento da imprensa aos interesses comerciais dos grandes grupos de comunicação, com potencial de comprometer a liberdade de imprensa, que tem por base a independência em relação a governos, partidos, empresas e anunciantes, entre outros.

A conglomeração do negócio jornalístico ameaça a sobrevivência da imprensa enquanto instituição independente, à medida que o jornalismo se transforma numa atividade subsidiária de grandes grupos empresariais que perseguem fundamentalmente outros objetivos comerciais (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 33).

A pesquisadora Gay Tuckman (TUCKMAN, 2002, p. 92) acredita que as notícias contribuem para formar uma sociedade como “fenômeno social partilhado” e, na descrição do acontecimento, o define e o molda. Para Traquina, os jornalistas seriam “participantes ativos na definição e na construção das notícias e, por consequência, na definição da realidade”, inclusive no nível individual, por exemplo, “durante a realização de uma reportagem ou na redação da notícia, quando é decidido quem entrevistar ou que palavras serão utilizadas para escrever a matéria” (TRAQUINA, 2004, p. 26). Para Thompson, as novas tecnologias permitiram quebrar limites do espaço e tempo, pois, com

o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros, ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal” (THOMPSON, 2011, p. 119). E podemos dizer, para citar Herrmann, que a liberdade de expressão exercida pela imprensa nas democracias é que permite aos jornais informar sobre as ações dos governos e de seus opositores e dá aos cidadãos a possibilidade de cobrar dos políticos competência, ética e diligência (HERRMANN, 2015).

Em coletânea não muito antiga, de 1997, *O Jornal, da forma ao sentido*, o professor francês Maurice Mouillaud dizia que o

jornal diário tornou-se na verdade substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz. Esta dualidade está na origem das estratégias pelas quais o jornal manipula, seja por identificar-se com ele, seja por distanciar-se do mesmo, o discurso de outrem (MOUILLAUD, 1997, p. 26-27)

Na verdade, podemos dizer que atualmente são vários tipos de “jornais”, em diversos formatos e plataformas, que estão à disposição do público em geral com propósitos também variados.

O avanço acelerado das novas tecnologias da comunicação nas últimas décadas provocou alterações substanciais nos velhos esquemas de produção e disseminação de notícias, o que se convencionou chamar de mudanças estruturais do jornalismo. O assunto vem sendo objeto de estudos, especialmente a partir dos anos iniciais do Século XXI, por pesquisadores de outros Países, como NEVEU, 2001; WOLTON, 2004; RUELLAN, 2006; e brasileiros, a exemplo de MORETZSOHN, 2002; FONSECA e KUHN, 2009; ADGHIRNI 2011, 2012; PEREIRA, 2011, 2015; JORGE, 2015; e RENAULT, 2013, entre outros.

As novas tecnologias, a convergência e a implantação de redações integradas digitais aumentou o grau de competências e habilidades exigidas dos profissionais, em um ambiente em que um mesmo jornalista executa um conjunto de tarefas antes divididas entre várias pessoas, reduzindo por isso mesmo, o tempo disponível para o exercício tradicional do jornalismo, da busca da informação em suas fontes originais. Daí o termo “jornalista sentado”, que fica plantado em uma redação grande parte do seu tempo buscando na internet, às vezes com auxílio do telefone, reescrevendo, editando o que já vem feito e, eventualmente, até fazendo apuração jornalística própria. Como diz Bastos, o profissional se envolve em rotinas de produção mais de caráter técnico do que jornalístico, praticamente eliminado a possibilidade de buscar e trabalhar informações próprias com seus próprios meios (BASTOS, 2012, p. 286).

Em trabalho publicado em 2013, com base em pesquisa sobre redações de jornais em Brasília, Renault apontava o problema da redução dos quadros de profissionais, as mudanças acentuadas nas rotinas produtivas, com a implantação de novos modelos de negócios e a introdução de serviços especializados pagos para assinantes específicos, que exigem desses profissionais uma postura e ritmo de trabalho mais acentuado e dinâmico no decorrer de cada dia. Em função da política de redução de custos, muitos jornalistas experientes foram substituídos por jovens, evidentemente com salários menores.

Na nova realidade dos jornais diários os profissionais, indistintamente, precisam transmitir informações atualizadas para diversas plataformas no calor dos acontecimentos no decorrer do dia e, ao final da jornada, garantir o texto para o impresso do dia seguinte. E tudo isso em um cenário em que, ao longo do tempo, a participação dos jornais no volume de publicidade do mercado vem perdendo espaço para televisão e plataformas como o Google, *Facebook* e Instagram, enquanto, também para reduzir despesas, tenta-se substituir os assinantes do meio impresso pelo *online*, que, ao final, custa menos, já que não há despesas com impressão e distribuição (RENAULT, 2013).

Não foi possível localizar números recentes sistematizados sobre a redução do número de jornalistas em redações tradicionais brasileiras, mas há alguns dados significativos. Em janeiro de 2017 o grupo *O Globo*, do Rio de Janeiro, anunciou que as redações de *O Globo* e *Extra* passariam a trabalhar de forma integrada, a partir do mês seguinte, em uma nova sede. Dia 19 daquele mês, o portal *Comunique-se* (COMUNIQUE-SE, 2017), informou que cerca de 30 jornalistas haviam sido demitidos em várias editorias pela empresa Infoglobo, responsável pelos veículos. Não foi consequência

de uma crise econômica ou necessidade de redução de custos, haviam profissionais dobrados, disse ao Portal o então Diretor de Redação de *O Globo*, Ascânio Seleme. Ele garantiu que, com a integração, os conteúdos produzidos nos veículos teriam cada vez mais um olhar para além do meio impresso. “Estamos preparando um novo jornal com foco total no digital, principalmente nos dispositivos moveis”, disse Seleme. Posteriormente, o *Expresso*, tablóide voltado para as classes C e D, também foi integrado. No começo de 2018 os jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso* tiveram suas operações integradas com a revista *Época*, que mudou sua sede de São Paulo para o Rio. Na primeira semana de março lançou a edição do novo projeto editorial e gráfico, numa postura inédita entre as chamadas revistas semanais de informação no País – suas principais concorrentes são a *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital*.

A prioridade da *Época* passou a ser a busca de conteúdos relevantes, exclusivos e originais, trabalhos com reportagens e textos mais longos e bem elaborados. Nesse primeiro momento, passou a ser distribuída de graça para os assinantes dos jornais *O Globo* e *Valor*, o veículo especializado em economia criado originalmente em associação com a *Folha de S.Paulo*, mas que tem hoje o seu controle total nas mãos do Grupo Globo e ainda não integrado às demais redações. Ascânio Seleme deixou a direção do *Globo* e virou colunista do jornal, sendo substituído por Alan Gripp, ex-editor de Integração, que terá entre suas atribuições a de consolidar o avanço do negócio na atuação multiplataforma. Diego Escosteguy, que ocupava o cargo de diretor de redação da *Época* foi substituído.

Hoje as redações dos principais jornais e revistas do País, considerados como tal os de maior circulação paga auditada pelo Instituto Verificador de Comunicação (antigo Instituto Verificador de Circulação) tem suas redações integradas. Seus profissionais apuram e escrevem para os *sites online*, muitas vezes produzem áudios e vídeos e escrevem um texto completo para o impresso do dia seguinte. As televisões seguem pelo mesmo caminho. As informações e produções da TV Globo, Globo News, G1, que são unidades administrativas e de produção independentes, por exemplo, circulam e são transmitidas indistintamente por todas elas. Um mesmo repórter pode fazer reportagens para os noticiários da TV Globo, como jornais *Hoje*, *Nacional* e, também, para o *Jornal da Seis* ou *Jornal das Dez*, da Globo News. O mesmo ocorre com as outras emissoras.

Para ficar em exemplos de Brasília que empregam contingentes consideráveis de jornalistas, existem os tradicionais serviços informativos de agência de notícias, rádio e televisão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Judiciário, nos quais a integração ainda não alcançou os níveis do setor privado, mas caminha no mesmo rumo, especialmente em função de restrições, entre elas, as que não tem permitido ocupar, com novos concursos públicos, as vagas de quem vem se aposentando nos últimos anos.

Os profissionais ainda são lotados, por exemplo, na agência de notícias, no rádio e na televisão, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, mas há cada vez mais uma “troca” de material produzido entre um setor e outro. Como não há pessoal suficiente para cobrir todos os acontecimentos, uma notícia do rádio ou da TV pode ser produzida a partir de uma outra transmitida pela agência ou vice-versa. Há essa troca até mesmo entre a Câmara e o Senado, como ocorre quando um ou outro dos serviços não consegue acompanhar com equipe própria as discussões de uma Comissão Mista, que reúne parlamentares das duas casas.

Os portais dos serviços de Comunicação de órgãos do Executivo, incluindo Presidência da República e Ministérios, também oferecem toda a variedade dos serviços informativos, assim como diversas organizações vinculadas ao setor privado, como as Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, com sedes na Capital Federal. Lembre-se, ainda, que empresas privadas de médio e grande de várias regiões do País e organizações não governamentais têm serviços que utilizam a capacidade da internet para disseminar notícias e informações de seus interesses. Além dos serviços de produção jornalística e sua disponibilização há em muitas dessas empresas os serviços tradicionais de assessoria de imprensa.

Que jornalismo ensinar? A vocação da UnB

Desde suas primeiras leituras nos cursos de jornalismo os alunos começam a se familiarizar com termos como liberdade de informação e expressão, imparcialidade, neutralidade, objetividade jornalística, rigor na apuração dos fatos, ética e o papel do jornalista na sociedade, sobre os quais não

cabe aqui uma análise mais aprofundada. É útil, porém, lembrar José Marques de Melo quando diz que os meios de comunicação são “aparatos ideológicos” que influenciam pessoas, grupos, comunidades, como parte das próprias contradições que marcam as sociedades. Assim, os veículos “se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem”, o que anularia a objetividade, pelo menos “naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo mundo” (MELO, 2003, p. 63-73).

Para Lembrar Ciro Marcondes Filho, o “jornalismo não é neutro nem objetivo”, já que sua produção “sofre o filtro e a regulação dos agentes pelos quais passa”, o que pode significar matérias jornalísticas (não todas, claro) “tendenciosas, não-objetivas, descompromissadas de igual forma com os chamados ‘fatos’” (FILHO, 1993, p. 130). Para evitar este tipo de armadilha pode-se ir atrás do que Alberto Dines chamou de “busca da circunstância”, os fatores de identificação imediata, aquelas circunstâncias “mais elaboradas como referências, comparações, remissões, inferências e motivações”. Segundo ele, não se exercita o jornalismo “sem investigar e expor circunstâncias”, no sentido de circunstancial (não superficial) e circunstanciado, “algo minuciosamente exposto em todos os detalhes, porque o jornalismo é a técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias”. Essa busca é fundamental, já que o “único compromisso de jornais e jornalistas é com a informação” (DINES, 2001, p. 18).

Pode-se completar com Cláudio Abramo, quando diz que o papel do “jornalista é contar as coisas como elas ocorrem com o mínimo de preconceito pessoal ou ideológico, sem ter o preconceito de não ter preconceito”. Porque esse profissional é “aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou e ver e ouvir” e, além disso, precisa “saber interpretar coisas e explicar para o leitor como o fato se deu, qual foi o processo que conduziu àquele resultado e o que aquilo vai trazer como consequência” (ABRAMO, 1988, p. 110).

Ora, a prática diária do jornalismo é regida por protocolos e convenções, amplamente estudadas desde o século passado e o ensino para a formação do futuro profissional não pode desconhecer a questão. Há o *newsmaking*, o movimento que, a partir dos anos 1960, procurou explicar os procedimentos utilizados pelos jornalistas até transformar fatos em acontecimentos, ou os estudos sobre a teoria do *gatekeeper*, segundo a qual a produção da informação reflete escolhas feitas nos gates, ou “portões”, por onde passam inicialmente as notícias, áreas decisórias nas quais se decide o que será publicado ou não. Evidentemente que a escolha final depende de vários fatores, entre eles, os *valores-notícia*, ou *critérios de noticiabilidade*, trabalhados por Mauro Wolf (WOLF, 2002) e Nelson Traquina (TRAQUINA, 2004), entre outros autores.

Se nos veículos de comunicação tradicionais os procedimentos relacionados ao *gatekeeper* e valores-notícia continuam a ter lugar de destaque, especialmente nos de grande e médio portes, é preciso fazer com que os novos profissionais se atentem às liberdades de escolha, a partir da proliferação de sistemas noticiosos com a ampliação do alcance da internet. Nesse cenário, a revolução das redes sociais transformou a produção, compartilhamento e consumo de informações em um processo que opera 24 horas por dia em plataformas diversas, e é cada dia mais comum que um único profissional tenha o poder total de abrir o “portão” e distribuir o que bem entende. A responsabilidade dos profissionais enquanto produtores e difusores de notícias torna-se ainda maior em um ambiente em que a veracidade dos fatos divulgados, muitas vezes, é um produto de categoria inferior, como bem prova a proliferação das Fakes News, ou notícias falsas, nos vários meios e quadrantes do universo.

As Diretrizes Curriculares especificam em seu artigo 4º, inciso I, que, entre os objetivos do projeto pedagógico do curso de jornalismo, está o de “formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento”. Mas qual profissional o curso de jornalismo deve formar e como? Se as Diretrizes e o currículo especificam o assunto, cabe discutir caminhos capazes de tornar essa formação mais completa e eficiente possíveis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 2).

No geral, as novas orientações têm muita semelhança com o que se buscava com o último currículo da habilitação em Jornalismo da FAC, implantado em 2003. Uma diferença fundamental refere-se ao tempo, ou períodos, em que as várias fases de formação dos alunos devem ocorrer. O currículo anterior dividiu as disciplinas em “ambientais”, do campo da comunicação e áreas congêneres,

obrigatórias e optativas comuns a todas as habilitações da FAC, e “locais”, específicas de cada uma dessas habilitações, também obrigatórias e optativas. O aluno poderia, ainda, escolher completar o currículo pleno com até 24 créditos de disciplinas de módulo livre, ou seja, as que não estão incluídas em sua grade curricular, como uma das categorias anteriormente citadas.

Uma alteração significativa do novo curso em relação ao anterior, por determinação das Diretrizes, refere-se à “percepção coerente da relação de aprendizagem”, que dividiu o fluxo em quatro “estágios”, entendidos como períodos que agrupavam disciplinas em uma sequência lógica, e não a atividade prática que complementa a formação profissional. Cada estágio tinha uma finalidade e um caráter correspondente, começando com “Sintonia”, de caráter amplo, antônimo de profissionalizante, em que a “comunicação é percebida em suas relações com a sociedade, suas implicações com outros campos e sua área de influência”. No segundo estágio, “Aproximação”, o curso se aproximava do campo da comunicação como um todo. No terceiro, “Vivência”, predominavam as disciplinas específicas, as práticas avançadas do jornalismo, situadas sobretudo entre o quarto e sexto semestres. E no último, “Aprofundamento”, esperava-se que o aluno pudesse mesclar suas visões teóricas e práticas, com possibilidade de pensar a partir do conhecimento descoberto, criado e vivenciado (FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, 2003)¹.

Um bom começo para discutir alternativas mais indicadas para formar o futuro profissional é tentar entender o perfil do jornalista brasileiro e características do mercado de trabalho. Editado em 2013, o livro Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013) é, ainda hoje, o retrato mais abrangente sobre o tema². A pesquisa foi realizada entre 29 de setembro e 18 de novembro de 2011, por internet, com uma amostra de 2.731 jornalistas, em um universo de 145 mil registrados entre 1980 e 2010, o que, segundo os pesquisadores, representa uma margem de erro inferior a 2% para traçar um panorama da profissão no País.

Os resultados indicam que 59% dos jornalistas brasileiros têm até 30 anos de idade, dos quais 11% entre 18 e 22 anos, e 48% entre 23 e 30. Outros 21,9% estão entre 31 e 40 anos, o que significa dizer que pouco mais de 80% dos profissionais tem até 40 anos. No total, 75,2% possuem registro profissional e o restante não, por conta, sobretudo, do fim da exigência do diploma para o exercício do jornalismo, decidido inicialmente por liminar em São Paulo em 2001, e ratificado pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2009. Do total, 98,1% tem formação superior, dos quais 91,7% em jornalismo, sendo 26,9% egressos de Instituições Federais de Ensino Superior. Trabalham como jornalista 75,6%, ou três quartos da categoria, enquanto os demais mudaram de profissão, estão desempregados, aposentados ou nunca trabalharam.

A pesquisa divide o trabalho em categorias, considerando ainda que vários têm mais de um emprego. Os que atuam em mídia, assim considerados os veículos de comunicação, empresas produtoras de conteúdo e outros veículos relacionados diretamente com os meios de comunicação, são 45,8% do total; trabalho fora da mídia, em atividades como assessoria de imprensa ou comunicação ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico, 33,6%; e os que trabalham ao mesmo tempo em funções jornalísticas na mídia e fora da mídia, 12,2%. Os que atuam na mídia ou fora dela e exercem simultaneamente docência no ensino superior de jornalismo são 4,4%, enquanto os docentes com dedicação exclusiva representam 4%.

A pesquisa mostra que 41,8% dos jornalistas da mídia produzem jornais e 22,1% revistas, 21,4% televisão e 11,6% rádio. Os demais estão em agências de notícias, assessorias de imprensa e corporativa, mídias e redes sociais, blogs, entre outros. Há, assim, distintas possibilidades de atuação profissional, com variados graus e sobreposição entre as mídias tradicionais e as novas. E há sobreposição significativa, também, de funções. Dos que trabalham em mídia, 84,3% dizem que fazem reportagem, 83,1% redação e 67,9% edição, embora só 46,5% sejam contratados como repórteres e 20,6% como editores. Dos jornalistas desta área, responderam que produzem também pauta 70,6%, fotografam

1 O autor desde trabalho era o Coordenador de Graduação da Faculdade de Comunicação durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico e os currículos das habilitações da FAC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Faculdade durante a sua primeira revisão, realizada em 2008. As discussões do PPP tiveram como base os trabalhos da Coordenação Pedagógica, sob o comando professor Clodomir Ferreira. Ainda hoje as outras habilitações diurnas da FAC – Audiovisual e Publicidade e Propaganda – adotam o antigo Projeto, disponível em versão impressa no Centro de Documentação da FAC.

2 Em abril de 2018 os autores do livro estavam preparando uma nova pesquisa para atualizar os dados obtidos anteriormente, com previsão de que possa estar concluída até o final do ano.

35,4%, diagramam 18,1%, fazem assessoria de imprensa 16,5%, cinegrafia 14,1% e estão envolvidos em gestão 14%. Ou seja, é o profissional polivalente com como múltiplas atribuições (MIKE, LIMA, 2013, p. 33-60).

Uma das características históricas do ensino de Jornalismo na UNB foi a de preparar profissionais para trabalhar, sobretudo, em redações tradicionais de jornais e revistas, incorporando depois com mais ênfase as áreas de rádio e televisão. Mesmo porque quem preferia assessoria de imprensa optava pela habilitação de relações públicas, que, no caso da UnB, criada no início do curso de Comunicação, em 1963, foi fechada na década de 1980. A partir daí a FAC se dedicou a formar jornalistas para atuar em diversos meios, e publicitários, tendo ao longo do tempo mantido ainda, entre idas e vindas, cursos como radialismo (voltado para a produção em rádio e televisão), cinema e audiovisual. Em 2010 começou o curso de comunicação organizacional. Especialmente a partir da década de 1970, os suportes para as atividades práticas do jornalismo foram os estúdios-laboratórios de rádio e televisão e o jornal-laboratório Campus, impresso, um dos mais tradicionais do País. Começou em 1970 feito exclusivamente por alunos, com orientação de professores, com circulação ininterrupta durante os semestres letivos desde então, e totalmente informatizado a partir de 1995.

Durante a experiência como professor do jornal-laboratório Campus entre 1993 e 2003, foi possível perceber uma mudança de postura dos alunos em sala de aula a partir do final dos anos 1990. Se, a princípio, a maioria expressiva dizia ter como projeto de vida atuar em um veículo tradicional, com o tempo começou a crescer a expectativa pelo trabalho em assessorias de comunicação, sobretudo, com a proliferação da oferta de empregos com os concursos em órgãos públicos na Capital Federal. Em outras disciplinas técnicas e laboratoriais ministradas posteriormente surgiram fortes indicações de uma tendência que se pode verificar em conversas durante as aulas atualmente: a maioria dos alunos indica como opção preferencial o trabalho fora das chamadas redações tradicionais, até mesmo pelos melhores salários oferecidos, em média, no setor público brasileiro.

A mudança de rota de profissionais de redações tradicionais para o setor público em Brasília, aliás, é uma realidade já identificada na pesquisa citada anteriormente (RENAULT 2013). Com uma diferença: não são os jovens recém formados ou com pouca experiência, mas profissionais calejados nas lides de alguns dos principais jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão que migram para os serviços de assessoria de comunicação, com bons salários, onde vão emprestar sua experiência, conhecimento e, item valioso no mercado, a própria rede de convivência com os colegas que ficaram nos órgãos tradicionais, o que lhe garante um bom trânsito e penetração. Esses profissionais levam em conta, ainda, uma perspectiva de “qualidade de vida” que significa o fim dos plantões de finais de semana e feriados e do stress permanente de uma cobertura diária para o mundo digital.

Há requisitos indispensáveis para se formar um estudante com habilidades para atuar como profissional, além de um bom currículo espelhado no projeto pedagógico. Começa com o quadro de professores com disponibilidade de tempo e qualificados, inclusive com experiência prática no exercício da profissão. Nesse sentido, o jornalismo da FAC/UnB está bem atendido: dos seus 20 docentes do quadro efetivo, 19 são doutores e um graduado, com mais de 40 anos de prática de mercado onde atua até hoje, já que seu contrato de trabalho é de tempo parcial.

Destaque-se que, pela estrutura da FAC, professores lotados no departamento de audiovisual e publicidade também oferecem disciplinas obrigatórias ou optativas que podem ser cursadas por alunos do jornalismo. O curso tem ainda uma eficiente infraestrutura que inclui o laboratório de jornalismo, indicado para disciplinas como campus *online* e jornalismo impresso, modernos estúdios de rádio e televisão, com ilhas de edição, e laboratórios multimídia, que atendem a disciplinas iniciais do curso, além de orçamentos específicos a cada ano que permitem a impressão de jornais e revistas e produções para rádio e televisão.

Um dos pilares do ensino de jornalismo na UnB, como de resto das outras habilitações da FAC, sempre foi o princípio de que o aluno deve ter autonomia para escolher livremente uma boa parte de sua formação, representada por disciplinas optativas e de módulo livre – são 64 créditos no currículo atual (o módulo livre limitado a 24), quase um terço do total. Ao contrário do que ocorre em muitas instituições privadas e públicas, na UnB, a configuração do campus Darcy Ribeiro reúne em um mesmo espaço físico, na Asa Norte de Brasília, os vários Institutos e Faculdades, o que facilita a cada aluno cursar disciplinas diversas e, em tese, a possibilidade de uma formação transdisciplinar mais

significativa. Na grade curricular do jornalismo existem 116 optativas de cursos como Sociologia, Ciência Política, Economia, Antropologia, História, Literatura, Psicologia, Música e outras, nas quais qualquer um pode se matricular.

O currículo do jornalismo tem 200 créditos para serem cumpridos em oito semestres, incluindo 14 do estágio supervisionado (FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, 2015). Do total, são 42 créditos obrigatórios em disciplinas comuns ao campo geral da Comunicação, como teorias, políticas, legislação, direito e metodologia de pesquisa em comunicação, e outros 94 em disciplinas específicas, a exemplo de história, ética e teorias do jornalismo, além daquelas essencialmente práticas, como jornalismo impresso e *online*, rádio e televisão, processos gráficos e design. O restante é coberto por disciplinas optativas e/ou de módulo livre, incluindo créditos de monitorias, projetos de extensão, de iniciação científica e atividades complementares. O estudante tem a possibilidade, também, de frequentar outros cursos de jornalismo no Brasil e no exterior por meio de programas de intercâmbio, e cobrir, com isso, parte dos conteúdos do currículo original. Dessa forma, são oferecidas alternativas que podem assegurar uma formação geral e específica abrangente.

E os alunos fazem uso da prerrogativa de escolher o que julgam ser mais convenientes para sua formação? Avaliações preliminares, por amostragem, realizadas pela Direção da FAC em 2014, antes do início da discussão do currículo do curso de Jornalismo, indicaram a tendência de uma parcela expressiva de alunos da Faculdade, como um todo, buscar completar o conjunto de optativas com disciplinas de outras habilitações da própria FAC. Mesmo assim o novo currículo do jornalismo optou por manter a antiga premissa de que os estudantes devem ter autonomia para construir parte de sua grade curricular. Foram mantidas apenas duas disciplinas de áreas congêneres como obrigatórias e, mesmo assim, à escolha do próprio aluno em um conjunto de 15, da lista das mais de 100 optativas. Apesar de julgar as duas disciplinas insuficientes para a formação mais abrangente pretendida, os professores que aprovaram o projeto pedagógico entenderam que poderiam funcionar como um estímulo para cada estudante sair do “conforto” da FAC e descobrir novos campos de interesse.

Mas as avaliações não são animadoras, pelo menos por enquanto. Levantamento realizado no Sistema Integrado de Graduação da UnB (Sigra) para este trabalho identificou as disciplinas de fora da FAC cursadas com aprovação por alunos que ingressaram no curso de jornalismo a partir de sua implantação, no primeiro semestre de 2016, pelos sistemas tradicionais como vestibular, Programa de Avaliação Seriada (PAS) e Sistema de Seleção Simplificada ao Ministério da Educação (Sisu). Foram excluídos da amostra alunos que entraram no jornalismo por mudança de curso dentro da própria UnB ou por algum dos sistemas tradicionais, mas oriundos de um outro curso da área de humanidades ou ciências sociais. Eles podem trazer no histórico escolar várias disciplinas cursadas nessas áreas anteriores, causando distorção na análise pretendida, que é verificar a opção dos alunos por conteúdos de áreas congêneres à FAC.

Os registros do Sigra indicam que no primeiro semestre de 2016 ingressaram 24 alunos no jornalismo, dos quais 23 atendem aos critérios citados anteriormente. Até o final de 2017, com quatro semestres de curso, nada menos que oito deles não haviam cursado qualquer disciplina fora da FAC e outros nove cursaram apenas uma. Três estudantes foram aprovados em duas disciplinas, dois em três e um exemplo solitário cursou 10 disciplinas. Para os ingressantes do segundo semestre de 2016, portanto, com um período a menos cursado, a situação é ainda pior, pois, dos 20 alunos considerados na pesquisa, oito não cursaram disciplina fora da FAC e 10 apenas uma. Um aluno cursou duas disciplinas e outro três.

No mesmo Sigra é possível verificar que a resistência estudantil em buscar disciplinas de outras áreas para complementar a formação vem de antes do novo curso de jornalismo. Pré-Projeto em Jornalismo é uma disciplina do sétimo semestre da grade curricular atual e os seus alunos deveriam, em tese, se formar no semestre seguinte, mesmo os que entraram antes de 2016 e fizeram a opção ou não pelo novo currículo. Em duas turmas que somam 30 matriculados no primeiro semestre de 2018, foram selecionados 17 com ingresso na UnB entre 2014 e 2015 para análise. Foram excluídos da amostra os ingressantes em anos anteriores, aqueles que vieram de outros cursos ou já tinham curso superior em áreas congêneres, também aqui com muitas disciplinas obrigatórias do jornalismo cursadas nessas áreas.

Dos que entraram em 2014, um aluno não cursou com aprovação sequer uma disciplina fora da

FAC, enquanto outro cursou duas. Um grupo de três alunos foi aprovado em três disciplinas e outro em quatro disciplinas. Há dois estudantes com 10 aprovações. Entre os que ingressaram em 2015, três foram aprovados em uma disciplina, um em duas, outros dois em três e um último aluno em cinco disciplinas. Ressalte-se que vários começaram a cursar disciplinas fora da FAC, mas foram reprovados ou trancaram a matrícula no decorrer do semestre.

Não é melhor a situação entre 14 dos 32 estudantes matriculados no primeiro semestre de 2018 em Projeto Final em Jornalismo, última disciplina da grade curricular. Também para evitar distorções na análise, foram excluídos da lista aqueles com ingresso em anos anteriores – 2009 e 2011, por exemplo –, assim como transferidos de outras instituições de ensino ou que chegaram à UnB já tendo concluído um curso superior³. Dos selecionados, com ingresso entre 2013 e 2015, um não cursou nenhuma disciplina fora da FAC, enquanto dois cursaram duas disciplinas, três cursaram três, outro grupo de três cursou quatro, um aluno cursou cinco, dois sete e outros dois oito disciplinas. Os alunos do jornalismo poderiam cursar em outras áreas durante o seu curso 16 disciplinas de quatro créditos.

O elevado nível de escolha de disciplinas optativas na própria FAC pode sugerir que se trata de uma busca por conteúdos teoricamente mais fáceis de cursar, já que são de uma mesma área de conhecimento. A hipótese, que precisaria ser comprovada por uma pesquisa sistematizada, é reforçada quando se verifica uma preferência, também, por disciplinas optativas ou de módulo livre como canto coral e outras da área de música, além prática desportiva. Destaque-se que parte da opção por disciplinas da FAC pode estar relacionada também à possibilidade de o aluno fazer um “duplo curso” ao término do primeiro, o que significaria sair com mais um diploma, de publicidade, audiovisual ou comunicação organizacional. Nessa hipótese, ele procuraria adiantar o futuro curso com as optativas. Evidentemente que, mesmo na UnB, há problemas para se conseguir vagas em determinadas disciplinas de outros cursos em certos horários, mas as opções disponíveis indicam que muito provavelmente não é este o problema.

Várias unidades de ensino (não é o caso da FAC) oferecem grandes turmas de disciplinas iniciais de seus cursos – denominadas de serviços - exatamente para atender à UnB como um todo. A maioria daquelas vinculadas as áreas de humanidades e ciências sociais são optativas para o jornalismo. Para citar alguns exemplos, no primeiro semestre de 2018 foram oferecidas 12 turmas de introdução à sociologia, totalizando 1.200 vagas pela manhã, tarde e noite. É certo que essas disciplinas de serviço têm vagas reservadas, no primeiro momento da matrícula para alguns cursos, mas nem todas são preenchidas e podem ser solicitadas por qualquer outro aluno. De qualquer forma, das 1.200, 366 não tinham qualquer reserva. Introdução a economia ofereceu no mesmo período 15 turmas com 1.413 vagas, das quais 204 sem reserva e, introdução a ciência política, 12 turmas com 895 vagas, sendo 204 livres. Introdução a filosofia teve nove turmas com 600 vagas, sendo 123 liberadas, e Introdução ao estudo da história seis turmas com 300 vagas, das quais 73 liberadas. O jornalismo também pode solicitar reserva de vagas em disciplinas optativas para seus alunos, como, aliás, ocorria em anos anteriores.

Buscando avançar em outro sentido, o novo curso alterou o esquema passado de oferta de disciplinas práticas e específicas do jornalismo, com o objetivo de tentar tornar mais sólida a formação dos alunos, dentro dos limites dos 200 créditos totais. Na antiga habilitação, eles tinham a obrigatoriedade de uma disciplina de radiojornalismo e de telejornalismo, oito créditos, cada uma, mais técnicas de jornalismo, seis créditos, os jornais campus 1 (*online*), oito créditos, e campus 2 (impresso) 16 créditos. Assessoria de Comunicação era uma disciplina de dois créditos.

Agora, fazem inicialmente as disciplinas apuração e texto 1, jornalismo em rádio 1, jornalismo em televisão 1 e assessoria de imprensa 1, cada uma com quatro créditos. Em seguida tem o campus *online*, de quatro créditos, que os habilitam para fazer um conjunto de quatro disciplinas, essencialmente práticas, chamadas de obrigatórias seletivas, no sexto semestre: jornalismo impresso, assessoria de imprensa 2, jornalismo rádio 2 e jornalismo em televisão 2, de oito créditos cada uma, que, segundo o propósito original, seriam oferecidas de forma alternada, pelo menos duas a cada semestre. É obrigatório fazer uma delas, mas a ideia é de que cursem pelo menos duas ou três, para ampliar a formação específica. Os alunos dos semestres iniciais da antiga habilitação foram incentivados a mudar

.....
3 Alunos transferidos ou portadores de diploma superior podem pedir na UnB o reconhecimento de créditos cursados anteriormente em outras instituições que tenham equivalência com disciplinas do curso no qual ingressaram. Aprovados os pedidos, são incorporadas ao histórico escolar.

para o novo curso e aderir ao novo currículo, o que a maioria fez. Mas também aqui, os resultados até agora são frustrantes, em parte, como se verá, não por culpa dos discentes.

No primeiro semestre de 2017, o primeiro que ofereceu as disciplinas do sexto semestre, houve a oferta de jornalismo em rádio 2, jornalismo em televisão 2 e jornalismo impresso. A primeira teve dois alunos, a segunda 15 e a terceira 12. A elaboração da lista de oferta foi o primeiro entrave para que não fosse possível a qualquer aluno se matricular em mais de uma, pois as três foram oferecidas nos mesmos dia e horário – terça e quinta de 8h as 11h40, e o sistema de matrícula da UnB não aceita choque de horário entre disciplinas. O choque nos mesmos horários se repetiu no segundo semestre de 2017, com jornalismo impresso e jornalismo em televisão 2. No primeiro semestre de 2018, com essas duas disciplinas, mais jornalismo em rádio 2 e assessoria de imprensa 2, que nunca havia sido oferecida, todas elas às terças e quintas pela manhã. Televisão tem seis alunos matriculados, rádio, dois, assessoria três e jornalismo impresso um aluno, o que obrigou o professor da disciplina, em caso inédito na história do jornal Campus, a utilizar estudantes de outras disciplinas para produzir pelo menos duas edições do jornal no decorrer do semestre.

A oferta nos mesmos dias e horários explica em parte o “desinteresse” dos alunos, mas há outra análise possível que precisa ser verificada com uma pesquisa ampliada. As listas de todos os alunos matriculados nas disciplinas aqui referidas, no segundo semestre de 2017 e primeiro de 2018, mostram que nenhum deles optou por cursar outra disciplina do conjunto de seletivas, depois de ter feito a primeira e cumprir, assim, o mínimo obrigatório. Mesmo tendo, em tese, disponibilidade para essa outra disciplina, já que haviam cursado a obrigatória anterior no mesmo horário.

A primeira turma que ingressou no curso de jornalismo (primeiro semestre de 2016) estará habilitada a cursar uma ou mais das quatro seletivas no segundo semestre de 2018, se tiver seguido corretamente sua grade horária. A configuração dessas disciplinas incluindo horários mais adequados é imprescindível. Entender o que aconteceu até agora, na verdade, é um desafio para os professores que, no mês de maio passado, começaram uma discussão para avaliar os dois primeiros anos de implantação do novo curso e buscar alternativas que assegurem o efetivo cumprimento do que foi estabelecido no projeto pedagógico, ou, se for o caso, propor alterações.

Sem a pretensão de fazer um levantamento com o rigor exigido por um trabalho científico, apenas para colher subsídios que possam contribuir para aprofundar a discussão que seria iniciada na FAC, no início do primeiro semestre de 2018 o autor deste artigo, professor das duas turmas da disciplina Pré-Projeto em Jornalismo, conversou com os 30 alunos matriculados para tentar identificar razões para o pouco interesse em cursar mais de uma disciplina do conjunto das seletivas. Alguns disseram que até gostariam, mas foram impedidos pela oferta no mesmo horário. Outros, que cursar no semestre seguinte, o sétimo, poderia prejudicar Pré-Projeto, na prática, a etapa inicial de elaboração do Projeto Final, já que as disciplinas práticas acabam tendo uma carga de trabalho de campo elevada.

Outros poucos alunos responderam que preferem buscar disciplinas de outras unidades e a maioria respondeu que, nos períodos anteriores, não foi suficientemente estimulada a cursar mais de uma seletiva ou informada de sua importância para a formação acadêmica. Aqui, há indícios de um dos problemas de aplicação do currículo como um todo, pois, desde o primeiro semestre, os alunos devem ser informados e esclarecidos sobre o que estão fazendo e como podem fazer melhor com as disciplinas de áreas congêneres e intensificação do aprendizado com as práticas.

A impossibilidade de se dedicar em tempo integral ao curso, especialmente em função da necessidade de trabalhar, é outra questão importante a ser considerada em qualquer avaliação curricular, já que isso pode tornar inexecutável executar o planejamento para a adoção de novos procedimentos. Essa falta de tempo, ou necessidade de trabalhar, pode ser medida com base nos próprios dados oficiais de ingresso na UnB, como de resto em outras instituições de ensino públicas, a partir da implantação dos vários tipos de cotas beneficiando, entre outros, egressos de escolas públicas do ensino fundamental e médio, com perfil de renda familiar inferior aos do que entram pelo sistema universal.

Como a UnB não tem condições de atender a todo o conjunto de alunos com algum tipo de carência econômica, garantindo residência e alimentação gratuita ou mesmo bolsas de trabalho para cobrir despesas essenciais, muitos buscam um trabalho remunerado desde o primeiro momento. Além disso, há o problema de diferenciação no nível de formação básica antes do ingresso na Universidade, proporcionado pelo sistema de cotas, cuja discussão aprofundada não cabe aqui, mas que pode afetar

o desenvolvimento do ensino em seu conjunto. Mesmo com os esforços que tentam, pelo menos na UnB, diminuir os efeitos dessa diferenciação, por meio de políticas inclusão.

É lógico imaginar que a determinação para que as disciplinas profissionalizantes comecem a ser oferecidas já a partir do primeiro semestre estimule nos estudantes o desejo de “fazer estágio” logo ou começar o “exercício da profissão”, ainda não possuem capacitação para tanto. A expectativa do “estágio” é fortemente alimentada em Brasília com suas incontáveis assessorias de organizações públicas dos três poderes, privadas – incluindo sindicatos, federações, confederações e assemelhados -, e organizações não-governamentais. A grande maioria em busca de mão de obra barata, apesar da qualidade discutível, ou de alguém que possa substituir a um custo bem menor, de forma provisória e descumprindo a legislação em vigor, profissionais que fazem parte de categorias organizadas, como telefonistas, recepcionistas e *office boys*.

O estágio obrigatório previsto no curso de jornalismo deve ser utilizado para aperfeiçoar a formação do aluno em vias de deixar a universidade. Pode funcionar como um grande laboratório prático com a supervisão de professores, a fim de corrigir deficiências e impropriedades nessa formação e assegurar uma produção efetiva destinada a divulgação de notícias ou mesmo os serviços de assessoria de imprensa, área na qual o jornalismo da UnB, de modo formal, ganha um corpo mais expressivo apenas no currículo atual.

A implantação do laboratório para estagiários é particularmente viável em instituições como a UnB, que tem quatro campi, 26 institutos e faculdades com centros e núcleos de pesquisa, 47.085 alunos de graduação, pós e residência, 2.895 professores e cerca de 3.000 funcionários. Um verdadeiro celeiro de notícias, que poderiam ser distribuídas em um portal da própria faculdade que abrigaria, ainda, experiências avançadas nos campos da reportagem destinadas aos vários meios, produções gráficas e fotográficas, tudo inserido no conjunto dos 14 créditos que cada aluno precisa cumprir para integralizar seu currículo e obter o diploma.

Conclusões

A experiência mostra que a maioria dos alunos entra sem saber claramente o que pretende fazer durante o seu curso e até mesmo o que pode fazer e quando. A alternativa, então, é mostrar-lhe o caminho, começando com o hábito de ler notícias com frequência para ir se familiarizando com seu ofício futuro. Em outra disciplina também oferecida no primeiro semestre de 2018 para os calouros, Introdução ao Jornalismo, o autor deste trabalho aplicou em sala de aula um pequeno questionário para avaliar os hábitos de leitura dos 32 alunos matriculados, dos quais 26 estavam presentes e responderam. Sobre a pergunta se liam pelo menos um jornal diário, apenas oito disseram que sim e *online*. Pelo menos uma revista semanal de informação, apenas três disseram que liam, também *online*. Dos 26, cinco disseram que assistiam diariamente um telejornal e sete que ouviam um programa jornalístico no rádio. A internet, incluindo *sites* de jornais, redes sociais, Google, *Facebook* e *Twitter* são as principais fontes de informação dos calouros.

Se um sistema eficiente de acompanhamento individual de cada aluno por um professor orientador tem se mostrado inviável ao longo dos anos, é preciso encontrar alternativas⁴. O jornalismo da UnB tem 22 ingressantes por semestre, 44 por ano, totalizando, em tese, 176 alunos em cada ciclo de formação de quatro anos, só que vários alunos ficam mais tempo na universidade. As vagas decorrentes de abandono de curso ou desligamento por insuficiência acadêmica são ocupadas por mudanças internas de discentes da própria UnB, transferências obrigatórias e facultativas e esses novos alunos normalmente demoram mais para concluir todo o currículo, pois sempre há um período de adaptação. No primeiro semestre de 2018, por exemplo, o jornalismo tinha 271 estudantes regularmente matriculados, o que dá uma média de quase 14 para cada um dos 20 professores do quadro efetivo, vários dos quais participam também do programa de Pós-Graduação, com aulas e orientações de Mestrado e Doutorado, o que acaba não favorecendo uma orientação pessoal efetiva ao graduando.

Se não há como assegurar um acompanhamento individual eficiente, o aluno precisa ser

.....
4 Tentativas feitas em anos anteriores na FAC para efetivar a orientação individual na graduação esbarraram, entre outros fatores, na falta de tempo e agenda compatível de professores e alunos, além de uma cultura histórica na UnB que nunca tornou essa orientação imperiosa, pelo menos desde 1972, quando ingressei na instituição como aluno de graduação.

informado, preparado e orientado por outros mecanismos, desde o momento em que chega na universidade. É preciso promover um esforço coletivo, partindo de discussões no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e levando aos professores e alunos, estes via Centro Acadêmico ou outras formas de representação, para que, ao longo dos vários semestres, conheçam as alternativas de que pode dispor para definir e trilhar o caminho de sua formação. Em um esquema previamente pactuado, é perfeitamente possível, também, escolher entre as mais 100 disciplinas optativas em áreas congêneres quais são prioritárias para os futuros jornalistas, dependendo do que imaginam que seja a sua vocação específica, e obter reserva de vagas para o curso de jornalismo como faz, aliás, a maioria dos outros cursos.

O mesmo esquema pode estabelecer quais disciplinas optativas dentro do jornalismo ou da Faculdade devem ser oferecidas em que semestres, até para que o aluno faça sua programação de médio prazo e não fique sujeito às variações de uma lista de oferta que é definida apenas um pouco antes do período letivo se iniciar. Essa participação pode transformar um velho esquema de sala de aula, em que o professor decide, fala, o aluno ouve e, ao final, poucos se interessam por algo mais efetivo. A participação na elaboração da lista de oferta de disciplinas funcionaria como um estímulo ao estudante. Indispensável lembrar, ainda, a necessidade de se manter um mecanismo permanente de acompanhamento da profissão, do mercado, e dos anseios da comunidade discente, podendo contar inclusive, com o apoio da Agência Junior que funciona no jornalismo.

Referências

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- ADGHIRNI, Z. L. Mudanças Estruturais no Jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique *et al* (Org.). **Jornalismo e Sociedade Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012, v. 1.
- BASTOS, H. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 2, Jul./Dez. 2012.
- COMUNIQUE-SE. **O Globo demite jornalistas das editorias de cultura, economia e esportes**. Disponível em <https://portal.comunique-se.com.br>. Acesso em 21/03/2018.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus Editorial, 2001, 7ª edição.
- FACULDADE DE COMUNICAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico das habilitações da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília**, 214 p. Brasília, 2002, Cedoc/FAC.
- FACULDADE DE COMUNICAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo**. Brasília: Departamento de Jornalismo UnB, 2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio – Novo dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2004, 3ª edição revista e atualizada.
- FILHO, Ciro Marcondes. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- FONSECA, Virgínia P. da Silveira; KUHN, Wesley. **Jornalismo Contemporâneo: Apontamentos para Discutir a Identidade Profissional**. v. 2, n. 21. Porto Alegre: UFRGS, Intertexto, 2009.
- HERRMANN, Julián D. Mídia e política subnacional na América Latina. In: HERRMANN, Julián *et al* (Orgs). **Novos questionamentos em mídia e política**, 2015.
- JORGE, Thais de Mendonça. **Jornalismo e tecnologia: estratégias de apresentação de notícias em tablets**. In: Ana Carolina Rocha Pessoa Temer; Marli dos Santos. (Org.). **Fronteiras híbridas do jornalismo**. Curitiba: Appris, 2015, v. 01.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.
- LE CAM, Florence ; PEREIRA, F. H. ; RUELLAN, D . Introdução: Mudanças e permanências do Jornalismo. In: MOURA, Dione Oliveira *et al* (Org.). **Mudanças e permanências do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015, v., p. 11-23.
- MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão (São Paulo), Mantiqueira, 2003, 3ª edição revista e ampliada.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo**. Brasília, 2013, 8 páginas. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12/03/2018.

- MIKE, Jacques (Coord); LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográfica, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em Tempo Real**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O Jornal da forma ao sentido**. Brasília: Palalelo 15 editores, 1997.
- NEVEU, Eric. **Sociologie du Journalisme**. Paris: La Découverte, 2001.
- OLIVEIRA, V. R. ; JORGE, Thais de Mendonça . O jornalista atuante nas novas mídias móveis: o perfil do editor de conteúdo noticioso para plataformas *tablets* e *smartphones*. **Comunicação & Inovação (Online)**, v. 16, 2015.
- PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **In: Texto (UFRGS. Online)**, v. 24, 2011.
- RENAULT, David. Technological convergence and the new journalist. **Brazilian Journalism Research (Online)**, 2013.
- RUELLAN, Denis. **Corte e Costura do jornalismo**. São Paulo: Libero, ano IX, n. 18, 2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2008. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>
- THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004, Vol. 1.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2004, Vol. 2.
- TUCKMAN, Gay. As notícias como uma realidade construída. In ESTEVES, J.P. **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- WOLTON. Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

